

ATA Nº 4

Aos vinte e nove dias, do mês de abril, do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia da União de Freguesias de Colmeias e Memória, no salão do edifício da Memória, de acordo com o disposto na alínea a), do artigo 11, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para uma sessão ordinária com a seguinte Ordem do Dia:

- 1 - Apreciação do inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação;
- 2 - Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2013 inerente à freguesia de Colmeias e Memória;
- 3 - Apreciação da informação escrita do presidente da junta de freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira da junta de freguesia de 1 de Janeiro a 31 de Março de 2014;
- 4 - Aprovação da revisão ao orçamento 2014;
- 5 - Apreciação, deliberação e votação sobre a nova proposta do executivo inerente aos símbolos heráldicos;
- 6 - Informação sobre os documentos existentes da freguesia da Memória (extinta);
- 7 - Aprovação da taxa inerente às custas dos processos de contraordenação;
- 8 - Aprovação da taxa inerente à concessão perpétua de sepulturas nos cemitérios;
- 9 - Apreciação, discussão e deliberação sobre a deslocação da fonte sita no lugar de Eira Velha;
- 10 - Apreciação e autorização para alteração do local onde se realiza a feira designada por feira dos 9 e dos 24, no lugar da Memória e que confina com a freguesia de Espite.
- 11 - Autorização para a celebração do contrato interadministrativo de delegação de competências para a gestão e manutenção do pavilhão municipal de Colmeias;
- 12 - Apreciação e autorização do protocolo de colaboração a celebrar entre a Freguesia de Colmeias e Memória e a Associação de Melhoramentos e Bem Estar da Memória, IPSS, a produzir efeitos retroativos a 11.11.2013.

Pelas vinte e uma horas e doze minutos e não havendo faltas a registar dos membros da assembleia, o senhor Presidente da Assembleia saudou os presentes, declarou aberta a sessão e relembrou a ordem do dia com a sua leitura.

Entrou-se no período antes da ordem do dia e, aceitaram-se inscrições por parte do público, tendo-se inscrito o senhor Vítor Monteiro que inquiriu se havia acesso às atas, pois consultou o "site" da autarquia e nada encontrou. Também questionou, se o património da extinta freguesia da Memória se limitava a uma camioneta velha, ou se havia mais património declarado, pois nas últimas sessões a que esteve presente, nada havia sido declarado. Respondeu o senhor presidente da junta de freguesia, saudando os

*Alvaro*  
*CSM*

presentes e congratulando-se pela sua presença, e que era seu desejo deslocalizar as sessões para diversos lugares da freguesia, a ver se assim havia mais público.

Também apelou à participação dos fregueses na vida da freguesia com a sua vinda a estes debates.

No que respeitava à colocação das atas no "site" da freguesia, ainda não era possível visto que com a fusão das freguesias era necessário remodelar e reconstruir o mesmo. Contava com dois, três meses para ter tudo pronto e assim, logo que possível, ter lá a transcrição das atas e demais assuntos de interesse da freguesia.

Na questão do património da extinta junta de freguesia da Memória, afirmou que, até à presente data o património era só a dita carrinha de nove lugares. No entanto, estavam a tentar registar dois terrenos declarados nas finanças como pertencentes à junta de freguesia de Colmeias e Memória, a verdade é que até esta data, não se tinha efetuado a transferência devido à necessidade da obtenção de documentos em posse de várias pessoas pertencentes à comissão de melhoramentos da Memória, que era para onde esses terrenos eram para ser transferidos. Tinham sido dados prazos para apresentação desses documentos e caso as referidas pessoas os não apresentassem, teriam que ser tomadas outras medidas. Que este executivo estava a tratar do assunto amistosamente como pessoa de bem e que esperava resolver a situação, pois o assunto era grave, e estavam à espera da resposta às cartas registadas entretanto enviadas.

Não havendo mais inscrições do público presente, inscreveu-se o senhor Vítor Francisco para perguntar no que respeita à limpeza de bermas e valetas, por que havia algumas ruas que não tinham levado produto químico o que aliás era contra e que certamente haveria outras formas de o fazer, como corte ou desbaste mecânico. Nalguns lados as ervas estavam queimadas e noutras não e que, era necessário mais cuidado na aplicação do produto. Uma segunda questão, era referente à rua do Tojal, no Barreiro, onde se andavam a demolir muros e a aplicar lancil havendo dois moradores, segundo informação do executivo, que tinham feito donativos um, de cinco mil euros e outro de mil e duzentos euros. Perguntava então, se era para asfaltar, se era para lancil e muros e se junto à vivenda onde estavam a decorrer as obras esse proprietário também tinha contribuído. Segundo a sua opinião, haveria outras prioridades sem ser aquela rua. Também na rua da Zaburreira queria perguntar para quando estava planeada uma intervenção, pois como se sabia a rua estava interdita e condicionada ao trânsito após este inverno. Para terminar, na verba atribuída pela C.M. de Leiria no valor de cerca de trezentos mil euros que coube à nossa freguesia para estradas e viadutos, quais eram as suas prioridades. Ainda uma questão concreta: o horário de abertura ao público na Memória do expediente, era de duas tardes por semana. Pensava que, seria mais vantajoso estar aberta a junta de freguesia, um só dia por semana. Explicou que havia desagrado na população pois, não estava presente nesses dias nenhum elemento do executivo e muitas vezes, os documentos não podiam ser assinados, ou que não podiam ser dados esclarecimentos sobre assuntos. Portanto achava que era um assunto para analisar melhor.

Tomou a palavra o senhor presidente da junta para afirmar que em relação aos químicos, não eram químicos, mas sim, uma solução à base de sal e água. Nas ruas onde não foi aplicada esta solução, as ordens eram para aplicar em arruamentos onde haja habitação, podendo alguma rua escapar. Com respeito ao corte das ervas, os custos são menores com a aplicação do produto, que com o seu corte. Da referida rua do Tojal, não há muro a ser feito, só aplicação do lancil e a pessoa que doou os cinco mil euros, era para ser asfaltada a rua onde habitava, assim como a outra pessoa que participou com a outra verba também era para o mesmo efeito. Na mesma rua, o outro proprietário referido contribuiu também com verba e terreno para as mesmas obras, sendo que em


função da drenagem das águas pluviais, ainda haverá comparticipação de verba, pois este executivo tem a preocupação de olhar para o futuro e fazer trabalho para evitar problemas futuros, nomeadamente nas águas pluviais, a fim de evitar estragos no património. Na rua da Zaburreira, há um problema a montante, num terreno que não é da responsabilidade desta junta, tendo o senhor José Rodrigues assumido a responsabilidade de o resolver e só depois se poderá tratar da via. O problema é grave e está nas mãos da Câmara Municipal de Leiria. Nas prioridades de asfalto esta junta foi contemplada com uma verba de cento e dois mil euros, sendo destinada ao asfaltamento da rua que liga a Lameiria à Farraposa, com valetas em betão, sendo para os anos seguintes a rua que vai da zona industrial das Areias, passa pela Raposeira até à Caranguejeira; a rua de Lagares até à rotunda, com drenagem de águas pluviais; e também provavelmente a rua que vai da Eira Velha até à Igreja Velha ou, a rua que vai da Igreja Velha à estrada da Bouça. No que respeita ao atendimento ao público, entendia o executivo que face ao número de fregueses era o suficiente, mas que se as pessoas achassem ser melhor um só dia, era uma questão a pensar.

Interpelou o senhor Vítor Francisco que o problema era um membro do executivo não estar presente, respondendo o senhor presidente da junta que, por norma está sempre presente o secretário da junta.

Foi dada a palavra ao senhor Jaime, que indagou se era possível o executivo facultar uma lista de bens e património da extinta freguesia da Memória; que bens tinham passado para a Associação de Melhoramentos da Memória, ou não, para se ter uma ideia do património existente.

Respondeu o senhor presidente da junta que não queria entrar em pormenores por que achava que as pessoas envolvidas nesse assunto, é que deviam falar sobre isso. Disse que estava ali para resolver os assuntos como pessoa de bem e que não punha em causa que as pessoas responsáveis pelo património, também eram pessoas de bem, mas que era preciso transparência e que, à data não existiam registos nem em nome da freguesia, nem em outro nome, como por exemplo não conseguiam encontrar os registos dos terrenos afetos ao cemitério da Memória. Compreendia que havia dificuldade em encontrar os registos desses bens, mas às vezes havia obstruções e não era fácil o trabalho.

Pediu a palavra o senhor Manuel Carlos Sousa que, saudando os presentes e dirigindo-se ao senhor presidente da Assembleia de Freguesia, sugeriu que quando houvesse sessões com muitos pontos de trabalho, como era o caso deste dia, o melhor seria suspender a sessão e continuar noutro dia, para não se entrar pela madrugada dentro e estarem as pessoas a esgotarem-se. Perguntou também que diligências tinham sido feitas por este executivo no sentido de resolver o problema da passagem de pesados na estrada da Bouça e do Barracão, conforme o caso exposto por um elemento do público na passada assembleia. Também nessa sessão, ele próprio, tinha pedido o arranjo na rua das Lavegadas, do escoamento das águas pluviais que inundavam a casa de um morador e queria saber se o caso estava resolvido, pois achava que os membros da assembleia estavam ali para pedir a resolução de problemas e não só para serem ouvidos. No que respeita aos cento e dois mil euros para asfaltos, queria saber por que razão as ruas dos Talos, e como ele próprio tinha constatado, se encontravam como as ruas em pior estado da freguesia, e sugeria que a rua do Bumba, que até tem terra batida, seja asfaltada, assim como a rua da Chã, e aqui com a particularidade de um emigrante se dirigir ao presidente da junta de freguesia para o seu asfaltamento e este tenha respondido que se queria a rua pavimentada teria que pagar. Claro que não concordava com esta situação, pois entendia que os fregueses tinham direito ao asfaltamento das ruas onde residiam sem terem de pagar. Também referiu que a rua do Brasil, que faz a

eláun  
  
 Sa

ligação entre as Areias e os Talos, estava impraticável com buracos, apesar de já ter havido uma intervenção em metade do arruamento.

Continuando, e dando voz a uma emigrante que visitou o cemitério da Eira Velha, esta o tinha achado, à data, mal cuidado e com ervas. Por este motivo pedia mais atenção e cuidado no tratamento do referido cemitério. Também queria dar nota do programa Corpo e Mente pela Saúde, sob o qual tinha já distribuído um documento a todos os membros desta assembleia sobre assuntos tinha sido abordado na assembleia anterior. Entendia que ao estarmos a velar pelos interesses da freguesia e a falar sobre eles que se estava a fazer política. Entendia que já não era fazer política quando se “fulanizava” determinada crítica como a que o senhor presidente da junta lhe fez na última assembleia, e lhe tinha dito que ele não percebia nada do assunto, ademais sendo funcionário das finanças, quando se analisou o artigo oitavo do referido programa ao qual, ele próprio tinha chamado a atenção do senhor presidente sobre as taxas a pagar, e que não eram taxas mas sim importâncias supostamente sujeitas a I.V.A.. Disse igualmente que quando se está a fazer política, determinadas críticas não se deveriam fazer, porque isso não era fazer política, era falta de educação e era ser-se baixo. Dever-se-ia elevar o nível do debate nesta casa sem cair na crítica baixa. Continuou dizendo que tinha tido o cuidado de trazer um documento entretanto distribuído, fundamentado juridicamente, com o código do IVA, mais duas informações vinculativas e um ofício da autoridade tributária. Reconhecia que não sabia muito de impostos, mas que sabia mais que o senhor presidente da junta. Portanto, achava que era preciso moderar o debate e não menosprezar as pessoas no seu trabalho profissional. Deixava então a sua posição escrita e estava aberto ao debate sobre a matéria em causa. Sobre o mesmo programa, falou que quando este foi apresentado, tinha dito que os objectivos eram muito generosos e que a prioridade dada a este programa era da responsabilidade deste executivo, mas que achava estranho que ao dizerem que numa reunião dos presidentes de junta de freguesia do partido socialista, o referido programa tinha sido apresentado como sendo um grande projeto para a freguesia das Colmeias e Memória, tendo-lhe vindo à memória que este projeto não era para ser aplicado na freguesia de Colmeias e Memória, mas para ser vendido como algo inovador aos outros presidentes de junta. Esperava que este projeto fosse aplicado no terreno e não como uma célebre cooperativa também da autoria deste executivo mas que ainda não tinha saído do papel. Sugeria que no âmbito da saúde do corpo e da mente, o pavilhão gimnodesportivo da Eira Velha fosse libertado duas vezes por semana a partir das vinte e uma horas, para que a população pudesse fazer jogos de futsal e futebol. Queria perguntar também se a junta de freguesia de Colmeias e Memória colocava sinais rodoviários nas estradas e ruas. Sobre o terceiro boletim informativo que esta junta editou, e referente à página trinta e seis, onde se anunciava ser possível o pagamento de água, luz, telefone e impostos na junta de freguesia, congratulava-se por esta medida, ser implementada pois fazia parte do programa eleitoral do P.S.D. Também deste programa eleitoral, sugeria que pegassem igualmente numa outra medida, que era isentar as pessoas mais carenciadas da freguesia do pagamento do I.M.I. segundo determinadas condições económicas. Por último, gostaria de perguntar qual o custo do boletim, que apesar de ter algumas informações pertinentes, a maior parte era para encher página e que não compreendia como em tempo de crise se fazia uma publicação daquela qualidade.

Dada a palavra ao senhor presidente da junta este esclareceu que o problema do trânsito de pesados era um problema velho que deveria ter sido resolvido nos tempos áureos, mas que se o senhor Manuel Carlos Sousa estivesse com atenção, este executivo tinha pedido a alteração do P. D.M. para configurar novos traçados rodoviários, e tinha envidado todos os esforços com vista à sua solução junto da Câmara Municipal de

Leiria. Se estivesse atento, teria lido no Notícias de Colmeias uma ata de uma intervenção sua numa assembleia municipal em que chamava a atenção do senhor presidente da Câmara para este assunto e para que não fosse conivente com a maneira como estava a ser feita a extracção de inertes. Mais informava que, na próxima assembleia municipal iria mais uma vez intervir sobre este assunto. Com respeito às ruas por asfaltar no lugar dos Talos, tinha a informar que não estavam alcatroadas, por estarem em curso obras de saneamento básico e que mandava o bom senso que só se deviam asfaltar após as obras terminadas. Aliás, todas as ruas que estavam a sofrer as obras de saneamento básico, seriam posteriormente asfaltadas. Com respeito ao pagamento exigido a um freguês para asfaltar a sua rua, que o senhor mencionou, e que se escandalizou, não é um pagamento, é sim uma participação. Como já tinha referido anteriormente, este procedimento não era de agora, pois ele próprio tinha pago o asfaltamento da sua rua no lugar do Crasto há muitos anos atrás. Em relação ao cemitério e às ervas existentes, efectivamente nessa altura havia ervas, hoje não havia. É preciso não esquecer que esta freguesia tem quarenta e quatro quilómetros quadrados e três funcionários, o que implicava não ser possível fazer tudo de uma vez. Em relação à rua das Lavegadas e às águas pluviais, têm que se definir prioridades, pois não há só um caso, há centenas deles e estavam a tentar ocorrer aos mais necessitados conforme as possibilidades. Relativamente ao programa Corpo e Mente pela Saúde, esta junta tinha solicitado um parecer jurídico sobre a questão das taxas, mas que ainda não o tinha recebido. Na altura, e a título informativo, mas não escrito, tinham-lhe dado determinada informação. Contudo, assim que recebesse o respectivo parecer, seria informado, e por haver dúvidas, é que o programa não estava implementado. Acerca da elevação do debate e da política baixa, dava-lhe vontade de rir pois achava que o senhor Manuel Carlos Sousa é que estava ali a fazer política baixa, mas que falaria a seguir. Que este executivo estava ali para colaborar e não para fazer acusações graves como aquelas que o referido senhor lhe tinha feito. Ainda em relação ao programa Corpo e Mente pela Saúde e à utilização do pavilhão gimnodesportivo das Colmeias, este executivo tinha decidido que as verbas resultantes da sua exploração seriam investidas no exercício físico dos fregueses. Caso quisessem usufruir do pavilhão bastava solicitar à junta de freguesia a sua utilização mediante o pagamento de quinze euros à hora e que se se dividisse pela equipa, ficaria a menos de um euro a cada um, com todas as condições para a prática desportiva, havendo sempre a preocupação do utilizador/pagador. No referido programa há actividades para todas as faixas etárias e se realmente quisessem jogar futebol ou futsal, podiam-no fazer no ringue desportivo de graça e que infelizmente não tem utilidade. Felizmente esta junta de freguesia consegue fazer uma gestão cuidada e com isso angariar receitas recorrendo por exemplo aos POCs, pagando cerca de duzentos euros por mês em vez de um salário maior a um funcionário a tempo inteiro que ficaria na ordem dos mil euros mensais. Com respeito aos sinais de trânsito, esta junta não os coloca substitui-os, sendo estes, aprovados pela Câmara Municipal de Leiria. Relativamente ao I.M.I., os fregueses podem recorrer à junta se estiverem interessados, é preciso é fazerem-no. Quanto ao boletim informativo, ele foi feito para pessoas como o senhor que ficam incomodados, dizendo que o executivo nada faz e isto prova o contrário. Aliás, é dever da junta prestar informação aos fregueses, sendo que este boletim fica na ordem dos dois mil euros e que se está a tratar no sentido de nada custar.

Tomou a palavra o senhor Adriano para questionar o executivo sobre os buracos existentes nas vias rodoviárias da freguesia, que tardaram a ser tapados. Que tinha verificado que naquele dia os mesmos estavam a ser tapados e que, gostava de saber o porquê do atraso.

*Handwritten signature and initials in the top right corner.*

Respondeu o senhor presidente da junta esclarecendo que a questão de tapar os buracos vinha da responsabilidade da Câmara Municipal de Leiria. Noutros tempos, esta câmara tapava os buracos com recurso ao seu pessoal, ao fornecimento da massa asfáltica e do seu transporte. No primeiro mandato deste executivo, a câmara procedia do mesmo modo, cedendo apenas dois funcionários mais os funcionários da junta de freguesia. Neste mandato, a Câmara Municipal responsabilizou a junta de freguesia pelo transporte e aplicação da massa asfáltica tornando-se um problema grave para este executivo. Devido a esta situação, e não tendo esta junta, pessoal qualificado para o trabalho em causa, podendo haver acidentes de trabalho recaindo na pessoa do presidente da junta as indemnizações decorrentes de acidente ou falecimento, caso as seguradoras não pagassem por não haver trabalhadores qualificados e homologados à face da lei, negociou este executivo com uma firma credenciada a execução dos trabalhos, o que por motivos vários, só agora foi conseguido.

Tomou a palavra a senhora Dulce Graça para afirmar que no Valongo havia dois buracos enormes e que em relação ao programa Corpo e Mente pela Saúde, achava uma excelente ideia, mas sugeria pôr as pessoas a mexer com a construção de zonas pedonais, ciclovias e passeios ao longo de algumas estradas para a prática desportiva em vez de utilizarem as estradas, pondo em causa a sua segurança.

Respondeu o senhor presidente da junta que era uma boa ideia, mas que infelizmente havia proprietários que eram contra os alargamentos das vias para construção das referidas infra-estruturas. Por este motivo e para segurança das pessoas, o programa Corpo e Mente pela Saúde, providencia atividades onde as pessoas podiam fazer exercício físico em zonas de segurança.

Foi dada a palavra à senhora Anabela Lourenço que em representação da população do Casal do Monte perguntava para quando a conclusão das obras no lavadouro público onde faltavam as torneiras e o motor eléctrico. Também perguntou o que pensava o executivo fazer em relação aos serviços prestados à população da Memória, pois por exemplo, para levantar uma encomenda postal tinham que se dirigir à Caranguejeira.

Falou o senhor presidente da junta esclarecendo que efectivamente havia um motor eléctrico mas que a E.D.P. cortou o fornecimento pois havia gente que utilizava a luz para proveito próprio e a solução passava pela colocação de um contador. Com respeito ao correio, implicava um funcionário a tempo inteiro na Memória, mas que era um caso a analisar para se tentar achar uma solução.

Pedi a palavra o senhor presidente da junta para ler uma declaração que fica anexa aos documentos desta ata, a referir que, devido às acusações que considerava graves que o senhor Manuel Carlos Sousa tinha proferido contra ele na assembleia de junta de freguesia do passado mês de dezembro, lhe pedia a retracção das mesmas acusações, ou as justificasse pois caso não o fizesse, faria queixa às autoridades competentes.

Respondeu o senhor Manuel Carlos Sousa que mais uma vez estava a falar do vencimento do presidente do executivo que, quando pagou o asfaltamento da sua estrada foi à trinta anos; que os presidentes de junta daquele tempo recebiam vinte euros de ajudas de custo e não como agora, em que se recebe seiscentos ou setecentos euros por trabalho a meio tempo. Que melhor prova queria do que o senhor presidente da junta estar a solicitar comparticipação em dinheiro aos fregueses pelos trabalhos a executar no asfaltamento das suas ruas? Que moral tinha o senhor presidente para estar a pedir esse dinheiro quando está a receber setecentos euros? Agora que o está a beneficiar em benefício próprio, está. O senhor presidente é que levava o dinheiro para casa, a junta de freguesia é que lhe pagava a segurança social e beneficiava as suas empresas pois era a junta de freguesia que suportava essa despesa. Com respeito aos seus amigos beneficiados que prova mais evidente queria, se o senhor Adelino era

funcionário da junta ou se prestava serviços à junta de freguesia, ainda não percebia em que moldes prestava serviços. Curiosamente nos últimos quatro anos o secretário do presidente da junta é que devia assessorar o presidente da junta e, a percepção que tínhamos era que o senhor Adelino era quem exercia essas funções. Não sabia se era sócio ou antigo sócio. Sabia que o tinha ido buscar para a junta de freguesia e que o tinha beneficiado por isso. Não se tinha apercebido se tinha havido concurso para admitir um funcionário, para atribuir prestação de serviços; portanto estava claramente a beneficiar um amigo e era esta a sua posição. Agora o senhor tinha que se habituar à crítica política, a saber ouvir, pois o senhor era o primeiro presidente de junta a receber vencimento na história desta freguesia, pois muitos presidentes da junta de freguesia que passaram por ali, tinham custeado obras com dinheiro do seu bolso; era a diferença que havia entre este e os outros presidentes. Se lhe perguntassem se era legalmente possível era, mas eticamente não era, pois a freguesia não precisava de um presidente que se perde em miudezas como já referiu como exemplo, o litígio surdo com o antigo presidente da freguesia da Memória, estando-lhe a junta a pagar. Tinha que saber ouvir a crítica política e que não pedisse para se retratar, pois era estar a hipotecar o seu capital político para chegar onde tinha chegado.

Tomou a palavra o senhor presidente da junta para afirmar que o senhor Manuel Carlos Sousa entendia isto como uma crítica política. Que eram acusações graves como tinha referido, que entendia que toda a gente que trabalhava tinha direito a uma remuneração e que trabalhava mais de sete horas diárias e o que estava a fazer era tapar o sol com uma peneira e face ao que tinha dado como desculpa, não lhe restava outra alternativa senão levar a questão a quem de direito para dizer se estava sacar dinheiro aos fregueses, em proveito das suas empresas e dos seus amigos. O senhor Manuel Carlos Sousa teria que provar que tinha razão, pois não admitia nem a ele nem a ninguém que pusesse em causa o seu esforço no dia a dia, e a sua seriedade. Quando o quisessem julgar teriam as próximas eleições para o fazer.

Tomou a palavra o senhor presidente da assembleia para afirmar que já se tinha ultrapassado em muito o tempo regulamentar e que se iria dar entrada na ordem do dia. Para tal pedia autorização à mesa para que os pontos sétimo; “Aprovação da taxa inerente às custas dos processos de contraordenação”; oitavo; “-Aprovação da taxa inerente à concessão perpétua de sepulturas nos cemitérios” nono; “Apreciação, discussão e deliberação sobre a deslocação da fonte sita no lugar de Eira Velha”; décimo primeiro; “-Autorização para a celebração do contrato interadministrativo de delegação de competências para a gestão e manutenção do pavilhão municipal de Colmeias”; décimo segundo; “-Apreciação e autorização do protocolo de colaboração a celebrar entre a Freguesia de Colmeias e Memória e a Associação de Melhoramentos e Bem Estar da Memória, IPSS, a produzir efeitos retroativos a 11.11.2013”, fossem analisados e registados em minuta. Procedeu-se à votação tendo sido aprovado com quatro abstenções por parte do PSD e Movimento dos Independentes e cinco votos a favor da bancada do PS.

Foi dada a palavra ao senhor presidente da junta para solicitar a retirada do ponto cinco” Apreciação, deliberação e votação sobre a nova proposta do executivo inerente aos símbolos heráldicos”, por não se achar oportuno a sua discussão.

Entrou o senhor presidente da assembleia no ponto número um” Apreciação do inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação”.

Tomou a palavra o senhor Manuel Carlos Sousa para referir que nas páginas quarenta e um e quarenta e dois, as verbas correspondentes aos bens dos imóveis “terras de sementeira” não estavam corretamente identificadas, com número matricial e lugar, não podendo por exemplo comparar este inventário com o próximo a apresentar.

Também perguntou se este executivo tinha algum processo judicial a decorrer contra a junta, e em caso afirmativo quais as partes envolvidas.

Interveio o senhor Vítor Francisco para questionar na mesma página o que significava "antigo edifício escolar do nicho da Memória" no valor de vinte e oito mil setecentos e oitenta e dois euros.

Respondeu o senhor presidente do executivo afirmando que os inventários obedecem a determinadas regras e que não consta o número matricial mas sim o número de inventário que depois é identificado posteriormente. Relativamente aos processos judiciais existe um movido pelo senhor Ramiro do lugar da Serra do Branco ao senhor Rogério Artur Santos como funcionário público, na altura presidente da junta de freguesia de Colmeias. Com respeito à designação "antigo edifício escolar do nicho da Memória", é a descrição existente nas finanças, do espaço da antiga escola primária e que só as finanças, o poderá alterar.

Não havendo deliberação a tomar, entrou-se no ponto dois "Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2013 inerente à freguesia de Colmeias e Memória."

Tomou a palavra o senhor Manuel Carlos Sousa para pedir a confirmação se o orçamento em análise era referente aos três últimos meses do ano de dois mil e treze, e para perguntar quantos funcionários tinha a junta de freguesia. Inquiriu também se a verba referente ao pagamento estava na rubrica zero um, zero um, zero três, "controle orçamental da despesa". No que respeitava ao pessoal em regime de tarefa, ou avença, quem era pago por aqui e a quem?

Fez uso da palavra o senhor presidente da junta para explicar que eram as pessoas que estavam a fazer limpeza nas escolas e a distribuir as refeições:

Questionou o senhor Manuel Carlos Sousa onde eram imputados os pagamentos ao senhor Adelino Santos, se ele só executava serviços na limpeza de vias e valetas, e se era pago como pessoa singular ou colectiva.

Foi respondido pelo senhor presidente da junta que a pessoa em causa não era funcionário e que o seu pagamento estava na rubrica de "despesas de serviços prestados" zero dois, zero dois, vinte e cinco, zero dois, dependendo do serviço prestado, podendo estar noutra rubrica, que executava outros serviços e que era pago como empresa que se chamava "Habimontijo".

Inquiriu ainda o senhor Manuel Carlos Sousa se havia algum contrato de prestação de serviços entre a junta de freguesia e aquela empresa, tendo o executivo respondido afirmativamente e que havia mais contratos de prestação de serviços com outras pessoas, com facturação de valor inferior a cinco mil euros.

Pedi a palavra o senhor Vítor Francisco dizendo que na referida rubrica e para não se estar sempre a batalhar o nome do senhor Adelino e para haver mais transparência e clareza, no seu entender, seria mais vantajoso estarem as prestações de serviços resumidos numa só rubrica em vez de espalhados por escolas ou vias ou o que seja. Também referiu que havia uma carrinha que prestava serviços. Em que rubrica estavam os valores mencionados? Continuando e para que não houvesse futuros comentários relativamente à menção que era "para os seus amigos" seria bom que, conforme recomendam os POCS, as prestações de serviços estivessem numa única rubrica.

Retorquiu o senhor presidente da junta que havia diferença entre o POC e o POCAL e que o senhor Vítor como contabilista devia perceber isso. Interrompeu o senhor Vítor Francisco para dizer que o senhor presidente da junta estava a contornar a questão. Referiu o senhor presidente da junta que só estava a explicar, que se olhasse neste documento as rubricas da receita e da despesa veria a transparência das mesmas. Que a

contabilidade de uma junta de agora e de há dez anos era totalmente diferente. Se lhe desse oportunidade ele explicava que para a Câmara Municipal de Leiria lhe pagar, ele teria de ter as despesas discriminadas por rubrica e obra.

Acrescentou o senhor Vítor Francisco que para bem de todos e da transparência deveriam de estar explicadas as despesas e que perante este documento parecia-lhe que o executivo não era capaz de as justificar.

Respondeu o senhor presidente da junta que evidentemente o conseguia e que se tivesse dúvidas que colocasse as questões, mas que já tinha respondido sobre esta matéria e que não se adiantava mais.

Tomou a palavra o senhor Manuel Carlos Sousa para perguntar quanto é que a junta tinha pago à “Habimontijo”, tendo respondido o senhor presidente da junta que não o poderia fazer naquele momento pois não tinha ali os dados.

Perguntou a senhora Anabela Lourenço relativamente à rubrica dezassete, zero dez, cento e dois, “IRS empresariais e profissionais, operações de tesouraria” depreendia que seria alguém que estivesse a passar recibo verde à junta de freguesia, quem era?

Respondeu o senhor presidente da junta que era o funcionário senhor José Luís.

Não havendo mais inscrições, passou-se à votação deste ponto que, foi aprovado com quatro abstenções do PSD e do Movimento dos Independentes, e com cinco votos a favor dos elementos do PS.

Deu-se entrada à análise e discussão do ponto três “Apreciação da informação escrita do presidente da junta de freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira da junta de freguesia de 1 de Janeiro a 31 de Março de 2014”.

Não havendo inscrições para intervenção neste item, seguiu-se para o ponto seguinte” Aprovação da revisão ao orçamento 2014;

Explicou o senhor presidente da junta que houve necessidade de se proceder à revisão do orçamento na rubrica receitas, devido à aplicação de coimas por falta de documentos de canídeos e gatos, efetuadas pela GNR, mas recebidas por esta junta, devendo esta elaborar todo o processo legal, sendo que, já existem vários autos levantados.

Não havendo intervenções, foi este ponto levado à votação, sendo aprovado por três abstenções por parte do PSD e seis votos a favor do Movimento dos Independentes e do PS.

Passou-se de imediato ao ponto número seis” Informação sobre os documentos existentes da freguesia da Memória “extinta”.

Esclareceu o senhor presidente da junta que em relação a este ponto e para que aquele executivo não fosse mais uma vez acusado, entendeu por bem se salvaguardar para memória futura, inventariando todos os dossiês existentes que se encontram referenciados, com o tipo de documento que contem e as datas referenciadas.

Não havendo intervenções nem deliberação a tomar, entrou-se no ponto décimo” Apreciação e autorização para alteração do local onde se realiza a feira designada por feira dos 9 e dos 24, no lugar da Memória e que confina com a freguesia de Espite”.

Tomou a palavra o senhor presidente da junta para ler um documento sobre o assunto, que fica anexado aos documentos relativos a esta ata, em que se fundamenta a necessidade de mudança da referida feira, requerendo por este motivo autorização à assembleia de freguesia a início do processo conducente ao deslocamento do lugar da feira da Memória do actual local para a Avenida da Recuperação.

Pediu a palavra o senhor Vítor Francisco para referir que estava de acordo com a mudança do local da feira, reconhecendo que havia exageros na fundamentação do documento, como acidentes graves, ou desvios longos. Acrescentou que este assunto já tinha sido começado a tratar com entidades das Câmaras Municipais de Leiria, de

Eláudio  
P. Silva

Ourém, freguesia de Espite e entidades do distrito de Santarém. Que não era um processo fácil, pois se lidava com entidades de outro distrito e de outro concelho onde a feira estava inscrita e que já várias juntas de freguesia o tinham tentado.

Foi dado o uso da palavra ao senhor presidente da junta para afirmar que gostaria que tivesse havido a gentileza de alguém lhe ter cedido os documentos relativos ao processo, pois se calhar teria evitado algum trabalho. Com respeito aos exageros foram dados recolhidos junto da população.

Retorquiu o senhor Vítor Francisco que a Câmara Municipal de Leiria deveria ter o referido processo pois tinha havido uma acção em tribunal devido às expropriações dos terrenos referentes à Avenida da Recuperação, havendo ainda um litígio pendente.

Pediu a palavra o senhor Manuel Carlos Sousa para referir se a junta de freguesia tinha ou não competências a nível legal para pedir a mudança de local do recinto da feira. A junta tinha competências para recenseamento dos feirantes, mas tinha sérias dúvidas, se a mesma tinha competência para proceder à mudança do local da feira, correndo-se o risco de se estar a aprovar uma coisa ilegal. Portanto perguntava ao executivo qual a base legal existente para pedir à assembleia de freguesia a deliberação deste ponto.

Respondeu o senhor presidente da junta que era da competência desta as feiras; receber taxas, zelar pelo espaço etc. mas como é óbvio não tinha competência para a mudança do espaço. Para tal havia as autoridades competentes. Contudo este executivo estava a propor à assembleia de freguesia apenas autorização para o início do processo.

Não havendo mais intervenções, foi este ponto proposto à votação sendo aprovado por oito votos a favor e uma abstenção do senhor Manuel Carlos Sousa.

Seguiu a sessão, com a deliberação e aprovação dos restantes pontos referidos e aprovados no início da ordem do dia, por minuta, ficando esta, anexa nos documentos constantes desta ata.

Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas zero horas e sete minutos, da qual será lavrada a presente ata que, posteriormente será aprovada pelos elementos da Mesa da Assembleia, trancada e assinada.

*Foi corrigido na assinatura desta ata, página quatro, linha quatro, a palavra tesoureiro para secretário.*

~~\_\_\_\_\_~~  
~~\_\_\_\_\_~~  
~~\_\_\_\_\_~~  
~~\_\_\_\_\_~~  
~~\_\_\_\_\_~~  
~~\_\_\_\_\_~~  
~~\_\_\_\_\_~~  
~~\_\_\_\_\_~~

O Presidente da Assembleia *[Assinatura]*  
O Primeiro Secretário *[Assinatura]*  
O Segundo Secretário *[Assinatura]*